

# Construtores pedem apuração da verdade

A diretoria do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada (Sinicon) divulgou ontem nota sobre a posição da entidade, aprovada na reunião realizada em 28 de outubro passado, em relação às denúncias que estão sendo apuradas na CPI da máfia do Orçamento. A seguir, a íntegra da nota, assinada pelo presidente do Sinicon, Tibério César Gadelha:

"A Diretoria do Sinicon, em reunião ordinária de 28 de outubro último, aprovou o seguinte posicionamento da entidade diante das denúncias que são objeto de CPI do Congresso Nacional, relativas a emendas de parlamentares na elaboração orçamentária da União:

"1) o Sinicon está de pleno acordo com a apuração das denúncias e a consequente punição dos culpados por fatos delituosos devidamente comprovados;

"2) o Sinicon, acima dos interesses e da ação particulares de suas associadas, está empenhado na defesa dos interesses gerais do Brasil e do setor que representa, intrinsecamente vinculados ao processo de desenvolvimento do país, pelo que reafirma o seu direito — e mesmo seu dever — de participar da discussão e busca de soluções para os problemas nacionais;

"3) o Sinicon considera inalienável o direito das empresas construtoras de acompanharem a elaboração orçamentária da União, particularmente no que se refere a investimentos, e de defender seus legítimos pleitos junto a parlamentares e executivos governamentais;

"4) o Sinicon não pode aceitar a execução pública e a marginalização do setor que representa — maior empregador do país e cuja contribuição para a construção do Brasil tem sido inestimável — por causa dos erros e crimes de alguns poucos e pelos vícios e deformações a que vem sendo submetido o exercício do poder em nosso e em tantos outros países;

"5) o Sinicon está vivamente preocupado com o fato de a apuração dessas denúncias e o noticiário sobre o assunto estarem levando à virtual paralisação da Administração Pública e do próprio Congresso Nacional;

"6) por último, o Sinicon acredita — e confia — que a apuração de fatos delituosos a que a nação vem assistindo estarrécida nos últimos anos, por mais dolorosos que sejam, resultará na consolidação e aprimoramento da democracia representativa em nosso país, com o estabelecimento de relações éticas e transparentes entre o Poder Público e todos os setores empresariais (inclusive das multinacionais) com resultado concretos e benéficos para nosso povo."